



# ASSESSOR JURÍDICO

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	11 a 15
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

**ATENÇÃO:** Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Sou o chão que se prende à tua casa.

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **50 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA fabricada em material transparente. Dupla marcação implica anular a questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por eles e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão apor suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

CONCURSO PÚBLICO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto 1 para responder às questões de 01 a 08.

### Texto 1

O muro de Berlin visto de baixo

Uma balada do poeta alemão Theodor Fontane (1819-1898) narra a história de um velho e generoso nobre, o sr. von Ribbeck. No pomar de von Ribbeck, na cidade de Ribbeck, havia uma pereira frondosa, cujos frutos maduros ele distribuía às crianças pobres, no outono. Dizem os versos de Fontane que o previdente velho, cujo herdeiro era um avaro, antes de morrer pediu para ser enterrado junto com uma pera.

O filho, conforme o velho von Ribbeck imaginara, deixou de distribuir as frutas do pomar, mas três anos depois da sua morte, a pera que com ele descera ao túmulo germinou para se transformar numa árvore, em meio ao cemitério. Os meninos e as meninas pobres, então, passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado.

A balada de Fontane foi o pretexto para o surgimento de um verdadeiro culto às pereiras em Ribbeck, a 40 km de distância de Berlim, no território da ex-Alemanha Oriental. Em 1990, depois da queda do Muro de Berlim, uma caravana de abastados alemães-ocidentais pôs-se a caminho da cidadezinha.

A bordo de seus reluzentes e possantes automóveis, que provocavam olhares arregalados nos camponeses locais, levavam uma muda de pereira para plantar na cidade. E como a provar que sua generosidade não se destinava, como a do velho nobre da balada de Fontane, só ao futuro, levavam também, para consumo imediato, centenas de litros de cerveja e sopa de ervilhas, quilos de salsichas, centenas de canetas esferográficas, e – por que não? – caixas e mais caixas de aguardente de pera, para distribuir aos camponeses pobres do Leste.

O momento de encontro entre os generosos e consumistas ocidentais e os orientais endurecidos pelas décadas de opressão do regime comunista é o pretexto para o escritor alemão Friedrich Christian Delius colocar-se na pele de um camponês de Ribbeck.

“As Peras de Ribbeck”, que acaba de ser lançado em versão portuguesa, é um longo monólogo anônimo. À maneira do poema de Fontane (que está na primeira página do livro), é também uma longa balada – só que em prosa. De um só fôlego vão se desenrolando, como numa anamnese psicanalítica, os infundáveis ciclos de opressão e de sofrimento a que este personagem anônimo, seus familiares, vizinhos e antepassados foram sujeitos ao longo dos últimos séculos.

O texto tem a monotonia das liturgias e o poder sugestivo do discurso oral. Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental, e deste à chegada dos abastados irmãos do Oeste, são

gerações de vítimas que desfilam, num dramático, porém sincero, rio de lamúrias.

Com tal passado nas costas, não espanta que as generosas oferendas dos ocidentais e as benesses prometidas pela sociedade de consumo sejam recebidas com grande desconfiança. E não surpreende que o personagem anônimo não possa conceber seu futuro senão como uma continuação da desastrosa sequência de sofrimentos das gerações passadas. Ao colocar monólogo na boca de um “eu” coletivo, polifônico, Delius retoma um recurso já usado pelos trágicos gregos: o coro, que tradicionalmente representa a voz do bom senso, da moderação, a vox populi.

O livro chega ao leitor brasileiro com atraso, quando muito do impacto dos acontecimentos nele registrados já se perdeu. Mas é uma obra literária que se autossustenta e não depende de “reforços” externos. Vem numa tradução de primeira qualidade, que proporciona ao leitor de língua portuguesa um excelente contato com a nova literatura alemã.

KRAUSZ, LUIS S. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs020329.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

### — QUESTÃO 01 —

Com base nas ideias desenvolvidas ao longo do texto, a palavra “balada” no primeiro parágrafo se refere contextualmente a

- (A) uma poesia narrativa de caráter épico que também apresenta traços da oralidade.
- (B) uma peça musical escrita que alterna partes declamadas lentamente.
- (C) um espaço dramático ambientado à noite, relacionado à dança e ao consumo de bebida alcoólica.
- (D) um relatório científico a respeito do comportamento humano em situação de vulnerabilidade.

### — QUESTÃO 02 —

Que fato confirma a qualificação de o sr. von Ribbeck como um homem previdente?

- (A) A distribuição de peras durante o outono.
- (B) A colheita das peras do cemitério por pessoas carentes.
- (C) A queda do Muro de Berlim.
- (D) A associação de seu nome à filantropia.

### — QUESTÃO 03 —

No trecho, “Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental”, no sétimo parágrafo, o emprego da crase está relacionado à delimitação

- (A) de fatos históricos.
- (B) dos espaços físicos.
- (C) de modos de realização.
- (D) do tempo cronológico.

— **QUESTÃO 04** —

A intertextualidade é um importante recurso de progressão temática do texto de Krausz e se estabelece através da

- (A) citação.
- (B) metonímia.
- (C) tradução.
- (D) paráfrase.

— **QUESTÃO 05** —

Quanto ao sentido, o enunciado “passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado”, no segundo parágrafo, auxilia na produção do efeito de

- (A) denúncia social.
- (B) desabafo político.
- (C) mistério.
- (D) alerta.

— **QUESTÃO 06** —

Segundo o texto 1, o texto de Delius se diferencia formalmente do texto de Fontane porque “As Peras de Ribbeck”

- (A) é uma espécie de sermão religioso.
- (B) foi escrito em prosa.
- (C) apresenta diálogos sem identificação.
- (D) foi escrito originalmente em língua portuguesa.

— **QUESTÃO 07** —

Na sequenciação das ideias no texto, a construção “e - por que não?”

- (A) introduz uma contraexpectativa.
- (B) recupera literalmente uma ideia anterior.
- (C) nega a informação seguinte.
- (D) resume todas as ideias do parágrafo.

— **QUESTÃO 08** —

Qual é a temática do texto de Delius?

- (A) A pronta generosidade dos alemães do Oeste.
- (B) A necessidade de se esquecer um passado de opressão.
- (C) A reunificação alemã do ponto de vista dos oprimidos.
- (D) A repetição dos fatos históricos ao longo do tempo.

Leia o texto 2 para responder à questão 09.

**Texto 2**



Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/album/2013/11/09/relembre-em-25-fotos-a-queda-do-muro-de-berlim.ht>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

— **QUESTÃO 09** —

Quanto à imagem retratada, o texto 2 apresenta a queda do muro de Berlin como uma

- (A) ação política, irresponsável e sem limites.
- (B) ação histórica decorrente da força física.
- (C) pequena fenda cuja transposição é impossível.
- (D) grande vitória, sem distinção de vencido ou vencedor.

Releia os textos 1 e 2 e responda à questão 10.

— **QUESTÃO 10** —

Qual importante consequência da queda do Muro de Berlin, tratada no texto 1, é enfatizada na imagem representada no texto 2?

- (A) A disseminação do capitalismo em toda a Alemanha.
- (B) A livre circulação de pessoas entre as áreas ocidental e oriental da capital alemã.
- (C) O conhecimento do passado de opressão vivido pelos alemães.
- (D) O predomínio da sociedade de consumo.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

### — QUESTÃO 11 —

Em consonância com o teor da Lei Complementar n. 010/2005, que dispõe sobre a adequação do Regime Próprio de Previdência Social de Aparecida de Goiânia, ocorre a perda da condição de segurado nas seguintes hipóteses:

- (A) falecimento; remoção; licença para fins particulares; interrupção do recolhimento das contribuições por 3 (três) meses consecutivos.
- (B) falecimento; recebimento de licença-saúde; exoneração após processo administrativo disciplinar; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (C) falecimento; exoneração ou demissão; cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (D) falecimento; redistribuição; cassação de aposentadoria; interrupção do recolhimento das contribuições.

### — QUESTÃO 12 —

Os segurados do APARECIDAPREV, elencados no art. 7 da Lei Complementar n. 014/2006, para efeitos do Plano de Custeio, serão subdivididos nos Grupos 1 e 2. O Grupo 2 será composto de

- (A) segurados ativos e seus dependentes, quando beneficiários de pensão, não referenciados no Grupo 1, que completarem os requisitos necessários para a entrada em gozo de benefício previdenciário a partir de 01/01/2017; bem como todos os segurados efetivados no Município que ingressarem após a entrada em vigor desta Lei.
- (B) segurados inativos e pensionistas atuais que estejam em gozo de benefícios previdenciários concedidos pelo Regime de Previdência dos Servidores do Município de Aparecida de Goiânia.
- (C) segurados ativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria e seus dependentes, que entrarem em gozo de pensão por morte até 31/12/2016.
- (D) segurados ativos e inativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria, independentemente de formalizarem o requerimento administrativo perante o órgão competente.

### — QUESTÃO 13 —

Conforme a Lei Complementar n. 011/2005, os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que

- (A) modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (B) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro 1998.
- (C) modificar a remuneração dos servidores ativos, não sendo permitido estender aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (D) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 16 de dezembro 1998.

### — QUESTÃO 14 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia, a ação administrativa do Poder Executivo será organizada segundo os critérios de

- (A) descentralização, eficiência e produtividade.
- (B) descentralização, isonomia e razoabilidade.
- (C) descentralização, regionalização e participação popular.
- (D) isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

### — QUESTÃO 15 —

A Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia relaciona os tributos de competência municipal no art. 86. Dentre os tributos arrolados no referido artigo, tem-se:

- (A) a contribuição social sobre o lucro líquido, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência.
- (B) a contribuição previdenciária, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.
- (C) a contribuição social para financiamento da seguridade social, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência e assistência.
- (D) o programa de integração social e o programa de formação do patrimônio do servidor público, cobrados de seus servidores para o custeio do sistema de previdência.

**— QUESTÃO 16 —**

De acordo com o art. 78, parágrafo 9 da Lei Complementar n. 10/2005, alterado pela Lei Complementar n. 22/2009, o Plano de Custeio do APARECIDAPREV será revisto, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial, periodicamente, a cada

- (A) trimestre.
- (B) bimestre.
- (C) semestre.
- (D) ano.

**— QUESTÃO 17 —**

O Decreto n. 221/2016 alterou o art. 80 da Lei Complementar n. 10/2005 no que tange às alíquotas de contribuições previdenciárias. Conforme a mencionada alteração, a alíquota contributiva previdenciária total deverá ser de

- (A) 22,50%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (B) 22,50%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.
- (C) 22,00%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (D) 23,00%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.

**— QUESTÃO 18 —**

Em observância ao teor do Decreto n. 4.942/2003, que regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas, o autuado poderá apresentar defesa à Secretaria de Previdência Complementar, contado da data do recebimento da notificação, no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.

**— QUESTÃO 19 —**

O Decreto n. 4.942/2003 estabelece que a autoridade competente para julgar o auto de infração é o Secretário de Previdência Complementar. Conforme teor do referido decreto, a decisão-notificação trata-se de

- (A) documento destinado ao registro de ocorrência de infração praticada no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- (B) instrumento utilizado por qualquer pessoa física ou jurídica para noticiar, perante a Secretaria de Previdência Complementar, a existência de suspeita de infração às disposições legais ou disciplinadoras das entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) documento pelo qual uma autoridade ou órgão do poder público, ao tomar ciência de irregularidade praticada no âmbito da entidade fechada de previdência complementar ou de seus planos de benefícios, comunica o fato à Secretaria de Previdência Complementar em relatório circunstanciado, para registro e apuração.
- (D) documento pelo qual se dá ciência ao autuado do resultado do julgamento do auto de infração.

**— QUESTÃO 20 —**

O conceito doutrinário de dependência econômica previdenciária enuncia como dependente aquele que vivia às expensas do segurado. Além do referido conceito, sabe-se que, para ser considerado dependente econômico, o sujeito deve estar inserido no rol da legislação específica. No art. 9, parágrafo 9, da Lei Complementar n. 10/2005 tem-se como presumida a dependência econômica

- (A) dos irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (B) do cônjuge, da companheira ou companheiro e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.
- (C) dos pais e irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (D) do cônjuge, dos pais e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.

## ASSESSOR JURÍDICO - Direito Constitucional

### — QUESTÃO 21 —

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que se refere aos direitos políticos, especificamente para os cargos de vice-governador e governador dos estados e do Distrito Federal, são condições de elegibilidade, além daquelas estabelecidas no artigo 14, §3º, a idade mínima de:

- (A) dezoito anos.
- (B) vinte e um anos.
- (C) trinta anos.
- (D) trinta e cinco anos.

### — QUESTÃO 22 —

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- (A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (D) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

### — QUESTÃO 23 —

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início

- (A) no Congresso Nacional.
- (B) no Senado Federal.
- (C) na Câmara dos Deputados.
- (D) no Supremo Tribunal Federal.

### — QUESTÃO 24 —

O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, e dele fazem parte:

- (A) o Procurador-Geral da República, que o preside; três membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; quatro membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- (B) o Procurador-Geral da República, que o preside; quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- (C) o Procurador-Geral da República, que o preside; cinco membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; dois membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- (D) o Procurador-Geral da República, que o preside; quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; três membros do Ministério Público dos Estados; três juízes, indicados dois pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

## ASSESSOR JURÍDICO - Direito Administrativo

### — QUESTÃO 25 —

Segundo a tipologia da improbidade trazida pela Lei n. 8.429/1992, de Improbidade Administrativa, configura Ato de Improbidade Administrativa que causa prejuízo ao erário:

- (A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (B) conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário à alíquota mínima do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, que é de 2%.
- (C) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (D) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

### — QUESTÃO 26 —

Os contratos administrativos e seus aditamentos serão firmados nas repartições interessadas, as quais, quando for o caso, independentemente do modo de celebração, manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, exceto

- (A) nos relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem, mantendo arquivado e sob controle os aludidos contratos.
- (B) nos casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não significando vínculo obrigacional verbal.
- (C) nos contratos para compras de pronto pagamento assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea “a” (limite para convite) do Estatuto, feitas em regime de adiantamento.
- (D) nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades, cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.

### — QUESTÃO 27 —

A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída pela Lei n. 9.790/1999 (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs), deverá formular requerimento escrito, endereçado para:

- (A) Ministério Público.
- (B) Ministério da Justiça.
- (C) Ministério respectivo, segundo o objetivo social.
- (D) Junta Comercial.

### — QUESTÃO 28 —

Salvo disposição legal específica, o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, nos termos da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é de

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) quinze dias.
- (D) trinta dias.

### — RASCUNHO —

## ASSESSOR JURÍDICO – Direito Previdenciário

### — QUESTÃO 29 —

O Sistema Previdenciário no Brasil constitui-se como

- (A) regimes solidários entre si.
- (B) modalidade contributiva e não contributiva.
- (C) regime fundado na hipossuficiência econômica.
- (D) regimes de mutualismo fechado, aberto, público e privado.

### — QUESTÃO 30 —

A Previdência Complementar integra o Sistema de Seguridade Social. Como proteção contratada admite-se a aplicação dos princípios e das regras básicas para o benefício, tais como:

- (A) equilíbrio financeiro, atuarial e benefício de salário-mínimo.
- (B) direito adquirido, equilíbrio financeiro e benefício de Contribuição Definida.
- (C) bilateralidade, proporcionalidade, solidariedade e equilíbrio entre fundos públicos, benefício de Contribuição Variável.
- (D) atuarial, contratualidade e facultatividade, benefícios de Contribuição Definida e Benefício Definido.

### — QUESTÃO 31 —

Consideram-se dependentes econômicos do Segurado do Regime Próprio de Aparecida de Goiânia:

- (A) o cônjuge, a companheira ou companheiro e o filho emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos, ou inválido; II - os pais; e III - os irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (B) os da mesma espécie que não concorrem em igualdade de condições e repartirão 50% dos proventos advindos de benefícios previdenciários.
- (C) o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação, equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.
- (D) o cônjuge fará jus a 30% (trinta por cento) dos proventos, deixando a outra metade para ser dividida entre os demais dependentes.

### — QUESTÃO 32 —

A concessão dos proventos de pensão e de aposentadoria requer o preenchimento de requisitos previstos na relação jurídica de Regime Próprio de Previdência Social. Para esse fim, observar-se-á que

- (A) a pensão por morte será concedida automaticamente a todos os dependentes econômicos em partes iguais, sendo inócua o requerimento administrativo.
- (B) projeta-se ao passado uma automática conversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte, completando a integralidade do direito à prestação continuada.
- (C) os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos.
- (D) os proventos de aposentadoria do servidor calculados por ocasião da concessão do benefício, excepcionalmente, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, desde que pagas em decorrência de função de confiança ou de cargo em comissão mesmo de parcelas não integrantes da remuneração da contribuição do servidor.

### — QUESTÃO 33 —

Destinam-se à cobertura dos benefícios do regime próprio do servidor de Aparecida de Goiânia as contribuições patronais e as devidas aos segurados ativos, inativos e dependentes. Considera-se tempo de contribuição fictício o tempo de serviço público

- (A) previsto em legislação específica desde que haja, por parte do servidor e do ente federativo municipal, a prestação de serviço e a devida contribuição, respectivamente.
- (B) contado até 15 de dezembro de 1998, sendo vedado seu cômputo posteriormente, sem que haja prestação de serviço público por parte do servidor e a correspondente contribuição ao regime próprio.
- (C) contado em dobro da licença-prêmio gozada.
- (D) prestado ao serviço militar e às Forças Armadas.

**— QUESTÃO 34 —**

O processo administrativo previsto no Decreto Federal n. 4.942, de 30 de dezembro de 2003, para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime de previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, prevê

- (A) a inobservância das disposições contidas nas Leis Complementares n. 108 e 109, de 2001, e a Lei Complementar n. 101, de 2000, sujeita o infrator às penalidades administrativas da advertência e suspensão do exercício de atividades em entidade de previdência complementar pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.
- (B) a inabilitação, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) e máximo de 10 (dez anos), para o exercício de cargo ou função em entidade de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público.
- (C) a reincidência à infração ao mesmo dispositivo legal, pela mesma pessoa, no período de 2 (dois) anos, contados da decisão condenatória administrativa definitiva.
- (D) a notificação ao Ministério Público de exercício de atividade no âmbito do regime de previdência complementar por qualquer pessoa, física ou jurídica, sem a autorização devida da Secretaria de Previdência Complementar, inclusive a comercialização de planos de benefícios, bem como a captação ou a administração de recursos de terceiros com o objetivo de, direta ou indiretamente, adquirir ou conceder benefícios previdenciários sob qualquer forma, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

**— RASCUNHO —**

**— RASCUNHO —**

**ASSESSOR JURÍDICO - Direito Tributário e Financeiro**

**— QUESTÃO 35 —**

Em matéria de crédito tributário, o Código Tributário Nacional (CTN) prevê que

- (A) a dação em pagamento é modalidade de extinção de crédito, mediante entrega de bem móvel, nos termos e condições fixados pela legislação da pessoa jurídica competente.
- (B) a prescrição é forma de extinção do crédito, que ocorre quando a fazenda pública deixa transcorrer o prazo legal sem constituir o crédito tributário, mediante o lançamento.
- (C) a compensação é hipótese de extinção de crédito a ser realizada pelo sujeito passivo, independentemente de existência de lei específica, bastando a comprovação de liquidez e certeza do crédito.
- (D) o pagamento do crédito pode ser efetuado em estampilha nos casos determinados em lei, mas a perda ou destruição desta não dá direito à restituição do valor pago, salvo nos casos prescritos na legislação.

**— QUESTÃO 36 —**

A Constituição Federal de 1988, no capítulo do Sistema Tributário Nacional, discrimina cinco espécies tributárias e reparte as competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Em relação às normas ali estabelecidas, os municípios

- (A) têm competência para instituir taxa, pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.
- (B) têm competência concorrente, cabendo-lhes a criação de normas gerais relativas aos tributos de sua competência.
- (C) têm capacidade tributária que abrange os impostos sobre patrimônio, renda e circulação de serviços.
- (D) têm competência tributária, relativamente ao Imposto Territorial Rural, se firmarem convênio com a União, podendo legislar e cobrar esse tributo.

**— QUESTÃO 37 —**

Quando o ICMS – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – incide sobre o fornecimento de energia elétrica consumida em prédios e serviços públicos das autarquias municipais, estas são consideradas

- (A) sujeitos passivos do ICMS, na qualidade de responsáveis por substituição, relativamente à concessionária de energia que, no caso, assume a figura de sujeito passivo contribuinte.
- (B) imunes ao ICMS, com amparo na vedação constitucional de incidência recíproca de impostos sobre serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, município, suas autarquias e fundações.
- (C) contribuintes porque o ICMS, por sua natureza de imposto indireto, comporta a transferência do encargo financeiro para o contribuinte de fato.
- (D) isentas de ICMS porque a lei estadual determina a dispensa do pagamento do imposto incidente sobre patrimônio das pessoas jurídicas de direito público.

**— QUESTÃO 38 —**

O tributo, em atenção à sua definição legal e à atividade financeira do estado, é classificado como

- (A) receita originária patrimonial, decorrente da atuação do Estado, enquanto pessoa jurídica com competência para exigir a prestação pecuniária que integrará seu patrimônio.
- (B) receita derivada, sem natureza de sanção, decorrente da atuação do Estado, enquanto pessoa jurídica com competência para exigir coercitivamente a prestação pecuniária.
- (C) receita originária empresarial, decorrente da atuação do Estado, enquanto pessoa jurídica com competência para exigir a prestação pecuniária sobre resultados das atividades industriais, comerciais e de serviços.
- (D) receita derivada, constituída como sanção, decorrente da atuação do Estado, enquanto pessoa jurídica com competência para subtrair coercitivamente a prestação pecuniária.

**ASSESSOR JURÍDICO - Direito Civil e Empresarial**

**— QUESTÃO 39 —**

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- (A) os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (B) os que, mesmo por causa transitória, estão impossibilitados de exprimir sua vontade.
- (C) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil.
- (D) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

**— QUESTÃO 40 —**

Na reforma de uma casa, três janelas foram retiradas para receber pequenos reparos em sua estrutura e, ao final do procedimento, foram reempregadas no prédio de origem. Quanto à classificação de bens, tais janelas são:

- (A) bens móveis, visto que foram reempregadas no local de origem.
- (B) bens móveis enquanto estiverem separadas do prédio de origem.
- (C) bens imóveis, visto que foram separadas provisoriamente do prédio para nele se reempregar.
- (D) bens com natureza dúplice variável entre móveis e imóveis.

**— QUESTÃO 41 —**

Segundo o Código Civil em vigor, a Lei n. 10.406/2002, a validade da declaração de vontade, em um negócio jurídico,

- (A) dependerá de forma especial, seguindo os usos e costumes para a realização do ato.
- (B) independerá de forma especial, senão quando o terceiro que a presenciar exigir expressamente.
- (C) dependerá de forma especial, atendendo a manifestação de vontade das partes envolvidas.
- (D) independerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

**— QUESTÃO 42 —**

Em conformidade com a Lei n. 10.406/2002, a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede é

- (A) obrigatória antes do início de sua atividade.
- (B) dispensada no primeiro ano de sua atividade.
- (C) obrigatória após o início de sua atividade.
- (D) dispensada no primeiro semestre de sua atividade.

**— RASCUNHO —**

**ASSESSOR JURÍDICO – Direito Processual Civil**

**— QUESTÃO 43 —**

Como regra geral, no exercício da jurisdição, seguindo os princípios que orientam o Direito Processual Civil, bem como a Lei n. 13.105/2015, após a entrada em vigor da Lei n. 13.256/2016, para proferir sentença ou acórdão, os juízes e os tribunais

- (A) atenderão à sequência de numeração do protocolo.
- (B) atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão.
- (C) deverão obedecer, preferencialmente, à relevância do direito invocado.
- (D) deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão.

**— QUESTÃO 44 —**

A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. São consideradas conexas duas ou mais ações quando lhes for comum:

- (A) o objeto ou as partes.
- (B) a natureza jurídica de seu objeto.
- (C) a condição pessoal das partes.
- (D) o pedido ou a causa de pedir.

**— QUESTÃO 45 —**

Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Quando a lei for omissa, o juízo os determinará levando-se em consideração a complexidade do ato. Inexistindo preceito legal ou lapso temporal determinado pelo juiz,

- (A) o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de cinco dias.
- (B) o interessado é obrigado a solicitar ao juízo competente que o determine, ficando suspenso o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (C) ao interessado é facultado solicitar ao juízo competente que o determine, ficando suspenso o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (D) o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de dez dias.

**— QUESTÃO 46 —**

Segundo o que determina o Código de Processo Civil, o advogado não será admitido postular em juízo sem procuração, salvo para

- (A) evitar a revelia, perda de prerrogativas atinentes a arguição de falsidade e produção de prova escrita.
- (B) evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.
- (C) representar constituinte que já possua ação em tramitação, conexas a ajuizada sem o instrumento de mandato.
- (D) representar constituinte que já possua ação em tramitação, observando-se a continência quanto à ajuizada sem instrumento de mandato.

**— RASCUNHO —**

## ASSESSOR JURÍDICO - Direito Penal

### — QUESTÃO 47 —

Nos termos do Código Penal Brasileiro, se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, comete o crime de

- (A) peculato.
- (B) abuso de autoridade.
- (C) concussão.
- (D) excesso de exação.

### — QUESTÃO 48 —

De acordo com a Lei n. 4898/1065, apresentada ao Ministério Público a representação da vítima do fato tido como crime de abuso de autoridade caberá ao representante do *parquet* oferecer denúncia no prazo de

- (A) cinco dias.
- (B) quarenta e oito horas.
- (C) dez dias.
- (D) quinze dias.

### — QUESTÃO 49 —

Leia o caso a seguir.

C.M. sempre sonhou em comprar uma moto e se dirigiu a uma instituição bancária. Lá chegando, procurou saber sobre o sistema de financiamento e, ao se informar com o gerente sobre as condições do financiamento, ele lhe alegou que, quanto mais elevada a renda familiar, maior seria o tempo do prazo para o pagamento das parcelas e dos juros. C.M., por possuir renda familiar baixa, resolver fazer falsa declaração de familiares por parentesco na ficha cadastral, criando assim um aumento substancial da renda familiar informada, vindo assim a conseguir o seu financiamento nas melhores condições.

Analisando o caso à luz do Código Penal, especificamente nos crimes contra a fé pública, pode-se dizer que C.M. cometeu o delito de

- (A) falsa identidade.
- (B) falsificação material de documento particular.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsificação material de documento público.

### — QUESTÃO 50 —

O Decreto-Lei n. 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, assegura que a condenação definitiva, em qualquer dos crimes definidos no artigo 1º nessa lei, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação pelo prazo de

- (A) um ano.
- (B) três anos.
- (C) cinco anos.
- (D) oito anos.

### — RASCUNHO —